

III.6 Guiné-Bissau para além da libertação: As mulheres e a produção intelectual do INEP

*Patrícia Godinho Gomes*¹

Introdução

O estudo das relações de género e as pesquisas que têm utilizado a categoria “Mulher” e “Género” como conceitos centrais de análise têm vindo a receber uma atenção crescente no âmbito das Ciências Sociais, sobretudo a partir da década de 1970. A crítica feminista chamou a atenção, em termos globais, para a desconstrução dos estudos “pós-coloniais”, tendo suscitado, numa perspetiva de género, algumas questões essenciais sobre a produção do conhecimento: quem o produz, em que condições sociais e políticas esse conhecimento é formulado e a quem se destina (Mitchell, 1976; Oyéwùmì, 1997; Casimiro, 2012).

No entanto, a nova proposta científica e a construção de objetos de análise a partir de olhares empíricos e com uma abordagem centrada nas realidades sociais estudadas não implicou necessariamente a participação do mundo africano nesse processo de construção e produção do conhecimento. Num esforço de buscar um posicionamento, o debate académico endógeno africano sobre temas de género procurou questionar, de forma sistemática, pelo menos a partir da década de 1980, a aplicabilidade e a eficácia de alguns conceitos universalmente utilizados para definir e explicar as realidades históricas e socioculturais africanas (Amadiume, 1987).

Estas considerações visam introduzir o debate que me parece constituir o tipo de discurso que tal situação veicula, isto é, o processo de construção nacional, os seus protagonistas e as dinâmicas ocorridas em sociedades submetidas ao colonialismo. Importa realçar que a construção identitária, para além de um projeto nacional apela também à construção de memórias, individuais e coletivas. Conhecer os processos de formação

1 Doutorada em História e Instituições da África pela Universidade de Cagliari (Itália). Professora visitante do Programa Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos-PósAfro da UFBA e pós-doutoranda na mesma instituição. Conduz estudos sobre a condição feminina e relações de género em contextos africanos em particular nos PALOP, especialmente na Guiné-Bissau e em Cabo Verde; email: patuxagomes@gmail.com; patricia.godinho@ufba.br.

dessas memórias, testar a importância e o lugar que lhes cabe na definição da nação, avaliar as resistências e as tensões fazem parte de um exercício acadêmico imprescindível para uma correta leitura histórica dos processos de construção identitária.

No caso guineense, a edificação do Estado independente traduziu-se num processo de caráter político-militar e de transformação sociocultural interno iniciado em 1963 e que só conheceria o seu desfecho dez anos mais tarde com a proclamação unilateral da independência em 24 de Setembro de 1973, reconhecida pela comunidade internacional e, um ano mais tarde, pela potência colonizadora. Os sucessos alcançados no contexto da luta de independência na Guiné-Bissau resultaram da conjugação de esforços e de fatores, internos e externos. Nesse processo, a participação das populações guineenses, em particular a das mulheres, constituiu um dos elementos-chave dos resultados alcançados.

Em artigo recente (Godinho Gomes, 2015a) discutindo criticamente o tema da participação das mulheres guineenses na reconstrução nacional, procurei refletir, numa perspectiva de género, sobre a importância do resgate das experiências históricas de mulheres que participaram na luta de libertação e sobre a necessidade de auscultar as vozes “invisibilizadas” da história guineense. A propósito escrevi nas minhas conclusões: “(...) é importante conhecer a história dos dominadores e dos detentores do poder nos países africanos, mas é igualmente fundamental que essas histórias sejam narradas a partir do olhar de quem viveu as experiências sob a condição de dominado e de subordinado”.

No caso da Guiné-Bissau, as «outras vozes» que aqui procurei trazer representam os sucessos e os limites de um processo de libertação que viu como protagonistas as populações guineenses, e, em particular, as mulheres (...). Dando continuidade às minhas reflexões sobre o tema e num esforço de procurar um diálogo sistemático com as vozes da História, procurarei neste breve ensaio discutir, sob um prisma teórico, a problemática da produção de conhecimento relativo aos estudos de género e da mulher na Guiné-Bissau. Fá-lo-ei a partir de um “diálogo” com e entre teóricos africanos, estrangeiros e guineenses, que de uma

forma ou de outra me têm proporcionado elementos e pistas para esclarecer alguns dos meus questionamentos.

A produção intelectual do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa-INEP e a «ausência» feminina

A “extraversão do conhecimento” nos países africanos: procurando pistas globais para entender o contexto local

Antes de entrar no cerne do tema do meu discurso sobre o lugar das mulheres na produção acadêmica da Guiné-Bissau, parece-me particularmente relevante fazer um exercício reflexivo de tipo teórico sobre o lugar das mulheres e dos homens africanos na produção do conhecimento global. E faço-o recorrendo a dois intelectuais africanos que mais me têm inspirado e acompanhado no meu percurso académico, o filósofo e historiador beninense Paulin Houtondji e a socióloga nigeriana Oyeronké Oyèwùmi. Este esforço teórico ser-me-á útil para sustentar, por um lado, a necessidade de refletir sobre a importância de pensar sistemas de conhecimento que reflitam as realidades endógenas africanas (de que a Guiné-Bissau é parte) e, por outro lado, a importância de procurar explicar essas mesmas realidades indo para além dos conceitos e metodologias de pesquisa ocidentais importadas, procurando alternativas epistemológicas internas às realidades socioculturais africanas.

Na sua assertiva sobre a problemática da produção do conhecimento e a participação dos cientistas sociais africanos nessa produção Houtondji (1989) parte de uma simples pergunta: será que a forma como esse conhecimento é elaborado e transmitido satisfaz os cientistas sociais africanos? O autor aponta, na sua análise, para alguns elementos importantes a ter em consideração no debate sobre a necessidade de um reposicionamento dos intelectuais do mundo “periférico”² em termos da investigação científica.

Fundamentalmente, a discussão de Houtondji concentra-se em torno de três questões consideradas vértices do problema:

² No texto o autor refere-se ao mundo “periférico” como sendo o “Terceiro Mundo”, considerado o mundo não desenvolvido, dependente do ponto de vista industrial e tecnológico.

A necessidade de passar de uma abordagem quantitativa a uma abordagem qualitativa: a análise das problemáticas da investigação a partir de perspectivas e realizações individuais não conduzem a qualquer tipo de inovação. Isto é, por mais que os resultados sejam satisfatórios localmente, o seu alcance será sempre relativamente «insignificante» em termos numéricos se reportados à amplitude da comunidade científica dos países tecnológica e industrialmente mais avançados.

Mais do que quantitativo, o problema da pesquisa em África parece ser, segundo Houtondji, qualitativo. Nesta perspectiva, o alcance de resultados relevantes em termos da pesquisa científica pressupõe considerar diferentes aspetos: as modalidades de escolha dos temas, as exigências sociais e práticas das quais derivam essas escolhas; o lugar geográfico de onde provêm as demandas, o destino real dos resultados das pesquisas, onde e como esses resultados são registados, conservados e capitalizados; como estabelecer a ligação entre pesquisa e atividade económica; quem beneficia dos resultados das pesquisas e como esses estudos se inserem nas sociedades que os produzem, ou seja, em que medida as comunidades locais se apropriam ou se despojam dos resultados da investigação.

Extraversão do conhecimento: um dos pontos centrais da análise de Houtondji reside na questão da problemática da construção do conhecimento nos países africanos. Segundo o estudioso, esta não deve ser vista apenas em termos de mera contraposição e de graus diferenciados de desenvolvimento entre sociedades industrializadas e consideradas avançadas e sociedades menos avançadas e tecnicamente dependentes, mas antes como um problema de orientação e de modo de funcionamento da pesquisa científica, que tem conduzido a uma progressiva situação de “extraversão do conhecimento”. Em vez de se (auto)-centrar nas questões suscitadas pelas próprias sociedades, o conhecimento produzido nos países africanos foi fundamentalmente orientado e subordinado a demandas externas, situação que conduz inevitavelmente a uma condição de dependência crónica.

O vazio teórico: retomando o discurso sobre a condição colonial dos países “periféricos”, Houtondji argumenta que, se por um lado, as

colónias serviram principalmente como reservatórios de matérias-primas destinadas a alimentar as indústrias e fábricas das metrópoles, por outro lado essas mesmas colónias funcionaram como fornecedoras de dados científicos para os centros de investigação dos países avançados, responsáveis pelo tratamento teórico e pela inserção nos próprios sistemas de conhecimento.

Mais do que um “vazio industrial” em termos da atividade económica, os países colonizados se caracterizavam por um “vazio teórico”. E as populações africanas, consumidoras dos produtos e da ciência criada no norte desenvolvido, mantiveram-se fundamentalmente alheias à génese e ao modo de produção do conhecimento o que acabou se sobrepondo às próprias realidades sociais.

O período posterior às independências africanas foi indubitavelmente acompanhado por uma evolução relativamente positiva em termos da produção intelectual no campo das Ciências Sociais. Assistiu-se a uma crescente multiplicação de instituições e de estruturas de produção intelectual, marcada pela criação de universidades, centros de pesquisa, museus e bibliotecas em África. Porém, a função primordial dessas instituições foi a de facilitar e reforçar a “drenagem” de informação num processo global controlado e gerido pelos países tecnologicamente mais avançados, aumentando cada vez mais a dependência dos países periféricos.

É nesta ordem de ideias que Paulin Houtondji aponta para uma necessidade profunda de transformar as relações de produção científica a nível global, promovendo pesquisas autocentradas.

O discurso de Houtondji encontra aceitação nas indagações da socióloga e feminista Oyèwùmi (1997; 2005). Na sua discussão centrada no género como categoria analítica e a aplicabilidade do conceito em contextos não ocidentais (em particular africanos), a autora procura compreender de que forma a pesquisa africana poderá estar melhor informada para atender às preocupações e exigências locais (Oyèwùmi, 2010). A partir de uma reflexão sobre a hegemonia cultural euro-americana no mundo, evidente sobretudo no campo da produção intelectual, Oyèwùmi demonstra como

as categorias sociais ocidentais dominaram a historiografia das sociedades africanas tendo conduzido ao que ela chama de “racialização” do conhecimento, em que a Europa é o centro de produção de modelos teóricos, de conceitos e de metodologias de trabalho e a África a grande “consumidora” do produto final. Na sua conceção, embora a maior parte do conhecimento no campo dos estudos de género tenha sido historicamente da responsabilidade das estudiosas feministas ocidentais, estas últimas utilizaram o género como categoria para explicar a opressão e a subordinação das mulheres a nível global, assumindo-a como sendo universal (Mitchel, 1972; Butler, 2003). Este posicionamento, na interpretação de Oyèwùmi, cria um sério problema de método, uma vez que não se pode considerar como dado adquirido o que ainda tem de ser pesquisado e compreendido. No caso dos países africanos, havia que ter em linha de conta o impacto do colonialismo, o fenómeno da etnicidade e a sua problematização e outras formas de estratificação social.

As questões levantadas pelos dois autores africanos levam-me a fazer três principais considerações: a primeira é de que as circunstâncias históricas e políticas em que foi produzido o conhecimento em África teriam conduzido a uma dependência “de fora” em termos epistemológicos; em segundo lugar, os países africanos (submetidos na sua maioria a um processo de colonização) precisam encontrar mecanismos internos para compreender as dinâmicas sociais internas e precisam escolher os temas e as metodologias de pesquisa que melhor se adequem às necessidades locais e não às demandas externas; enfim, alcançar tais propósitos requer a construção de um projeto nacional à volta do qual as diferentes realidades socioculturais dentro de um território nacional possam estar representadas.

A visão de intelectuais guineenses

A partir do breve excuro teórico de Houtondji e de Oyèwùmi, tentarei estabelecer um diálogo com dois intelectuais guineenses - Carlos Lopes e Diana Lima Handem - que na minha ótica se encontram em sintonia com os autores acima apresentados e cujo posicionamento poderá ajudar a compreender por um lado, os limites e os desafios da construção de um projeto nacional na Guiné-Bissau e, por outro, as problemáticas

metodológicas e conceptuais subjacentes à “invisibilização” das mulheres nos discursos e documentos sobre o desenvolvimento.

Carlos Lopes (1989: 331-349), numa interessante reflexão sobre a importância da investigação científica no desenvolvimento da Guiné-Bissau traz para o debate académico alguns elementos importantes sobre os desafios da construção da nação guineense. Escreve a propósito:

“A vontade de construir uma Nação pressupõe o abandono de solidariedade e cumplicidade de tipo clânico ou étnico para a passagem gradual a formas de solidariedade e cumplicidade mais alargadas, identificáveis a um todo maior e mais numeroso (...)”.

Significa, então, que o processo de construção nacional deve, *a priori*, dispor de elementos comuns e partilhados por uma determinada sociedade. É nessa mesma ordem de ideias que Peter Karibe Mendy (2011: 32), analisando o contexto guineense referiu-se aos fatores que terão contribuído para os sucessos alcançados na luta de libertação, destacando, em particular, a partilha por uma causa comum - a liberdade - e, pelos mesmos objetivos, a interação e a solidariedade entre os diferentes grupos sociais guineenses. Objetivos esses que, no entendimento de Carlos Lopes, deveriam ter constituído os “fatores unificadores capazes de gerar uma dinâmica própria e centrífuga”. Todavia e como esclarece o autor, houve no caso guineense condicionantes de ordem política e económica no processo.

Do ponto de vista político, Carlos Lopes (1989: 334) afirma que após a independência e perante a urgência de tarefas concretas do novo Estado, não houve suficiente capacidade crítica para questionar o Estado colonial e debater sobre as problemáticas do Estado pós-colonial, sobretudo a nível da sua estrutura de funcionamento, tendo-se verificado fundamentalmente “uma relação política em traços largos idêntica à anterior”, isto é, relações de poder que, embora caracterizadas por profundas complexidades, eram fundamentalmente assimétricas e contrapunham dominadores e dominados, detentores do poder e subalternos, só que agora num contexto de (in)dependência. Os consensos sociais que se haviam estabelecido no âmbito da luta armada e os valores

morais nela gerados não teriam resistido à prova dos tempos, acabando por conduzir a uma situação de crise moral, social e política e à perda das principais referências nacionais. Esta crise, que na minha interpretação ainda hoje persiste, está na origem de alguns erros que importa conhecer para melhor refletir sobre o papel da pesquisa no processo de desenvolvimento. Erros para os quais Carlos Lopes (1989: 335) chamou a atenção e que aqui destaco:

- a “auto-satisfação”, isto é, o convencimento de que o ter-se alcançado algumas vitórias no passado nos dá o direito de pensar que temos soluções para os problemas, relegando a segundo plano a necessidade de uma melhoria constante e de um comportamento autocrítico;
- o “autoconhecimento”, ou seja, uma atitude “niilista” em que não se procura relativizar o próprio discurso nem tão pouco assumir uma posição crítica em relação às atitudes e comportamentos individuais e coletivos;
- “discurso estereotipado”, baseado em narrativas retóricas e rejeitando fundamentalmente as falhas do passado, as nossas e as comuns;
- “ausência de reflexão”, isto é, discussões superficiais que acabam por determinar os tipos de análises efetuadas que em muitos casos carecem de uma visão de longo prazo.

Vencer este “estado de espírito” constitui, na visão de Lopes, uma das condições *sine qua non* para pensar uma política de desenvolvimento da pesquisa científica na Guiné-Bissau. Para tanto, afigura-se importante ponderar sobre o lugar da educação e da formação na Agenda política nacional no sentido de refletir profundamente e pensar estratégias para melhorar as condições socioeconómicas das populações guineenses e um projeto societário comum que permita “utilizar e rentabilizar os conhecimentos”.

As contribuições de Carlos Lopes e dos autores anteriormente citados permitem-me introduzir o discurso teórico que Diana Lima Handem

desenvolve sobre alguns limites metodológicos e conceituais que terão conduzido à progressiva “invisibilização” das mulheres guineenses no discurso sobre o desenvolvimento. Numa abordagem articulada sobre a participação das populações guineenses na agricultura, na indústria e no comércio, Handem (1989: 253-277) procura primeiramente entender as causas subjacentes à ausência das mulheres nos principais documentos nacionais elaborados no contexto da pós-independência e que reuniam as principais informações. Nas suas indagações a autora começa por sublinhar algumas questões metodológicas importantes com que se deparou no decurso da pesquisa conduzida, partindo de reflexões mais gerais.

Referindo-se ao material documental analisado afirma a autora: “lamentamos não termos encontrado nos documentos estatísticos consultados, nomeadamente no que diz respeito ao recenseamento de 1979, os dados necessários à especificação e à qualificação do trabalho da mulher (...), a participação da mulher na produção agrícola foi considerada como atividade secundária, de «apoio», o que a relegou, quando não era chefe de família, para as fileiras das mulheres domésticas, donas de casa. Esta atitude metodológica baseada numa definição patriarcal do conceito do trabalho não é particularmente nossa. Ela verifica-se na maior parte dos países e é consequência de convicções de ordem ideológica (...)” (Handem, 1989: 255).

As preocupações de Diana Lima Handem encontram paralelo no pensamento elaborado pela teórica nigeriana Oyeronké Oyèwùmi no que tange ao modelo patriarcal dominante e os limites da aplicação do modelo de família nuclear a partir do qual as questões de género nas realidades africanas têm sido pensadas. Oyèwùmi (1997; 2010) defende o fato de que, sendo a família nuclear por definição uma “unidade unifamiliar centrada na esposa subordinada, no esposo patriarca e nos filhos”, em que não existem categorias transversais de análise, não há lugar para outros adultos para além do “marido” e da “esposa”, onde o patriarca é o sustentáculo da família e a divisão sexual do trabalho determina diferentes trajetórias psicológicas para filhos e filhas, produzindo seres e sociedades baseados no género. Este modelo, que foi concebido e elaborado nas sociedades ocidentais a partir das experiências históricas

européias e americanas (Estados Unidos e Canadá), não pode ser considerado como modelo universal, sendo paralelamente um conceito estranho às realidades africanas. O posicionamento de Oyèwùmi acaba por sustentar a tese de Handem sobre a subalternização e a invisibilidade das mulheres nas construções teóricas e nos modelos ideológicos pensados a partir de sistemas familiares patriarcais e que procuram uma minimização constante do trabalho efetuado por mulheres, consideradas “inferiores” em termos do seu desempenho social.

No caso guineense, verificou-se no período pós-independência a nível estatal o não reconhecimento da contribuição das mulheres na atividade agrícola, fato evidente sobretudo na opacidade dos dados nas estatísticas oficiais³. Nas suas conclusões, Handem constata a ausência de informações sobre mulheres no *I Plano Quadrienal de Desenvolvimento*, não obstante a sua importância na produção de bens e serviços e na educação. A autora aponta para a necessidade fundamental de as mulheres assumirem uma atitude pró-ativa nas diferentes fases da implementação de políticas públicas, o que teria constituído uma alternativa viável para a passagem de um estado de dependência para o de autonomia e auto-suficiência.

A abordagem crítica de Diana Lima Handem sobre a presença das mulheres no processo de desenvolvimento socioeconómico na Guiné-Bissau, embora se reporte ao período imediatamente sucessivo à independência e, portanto, cronologicamente limitado, foi-me particularmente útil para compreender as relações de género e o mercado de trabalho (em particular no chamado mercado “informal”), para entender os detalhes da condição social das mulheres em termos educativos e de formação, a sua participação nas atividades de rendimento nos centros urbanos e nas áreas rurais, a predominância numérica em várias regiões do país e a sua “ausência” nos principais documentos que refletem as linhas gerais e as estratégias de desenvolvimento do país. É importante sublinhar o fato de a contribuição de Handem ser um dos raros trabalhos a que tive acesso entre as

³ No seu estudo a autora utiliza como principal fonte o Recenseamento Provisório de 1979 a partir do qual procura um entendimento sobre a real participação das mulheres guineenses na atividade económica, procurando compreender principalmente o lugar do trabalho feminino “não contabilizado”.

produções académicas do INEP sobre mulheres, ao mesmo tempo teórico e com uma abordagem de género, produzido por uma mulher guineense, daí o ter assumido centralidade no meu exercício reflexivo.

As mulheres no INEP

Nesta última secção do meu trabalho procurarei discutir, embora de forma limitada, a “não presença de mulheres académicas na produção intelectual do INEP. Farei uso de dois textos, um do antropólogo brasileiro Wilson Trajano Filho e um meu artigo recentemente publicado no Brasil.

Na sua pesquisa sobre a produção intelectual do Instituto na revista *Soronda*, Wilson Trajano Filho (2002: 143-177) procura interpretar os dados numéricos sobre a produção científica efetuada por guineenses e por estrangeiros. O estudo cobre o período 1986 -1995 e analisa globalmente as temáticas abordadas, os investigadores que mais produziram, o local de formação e a natureza disciplinar/interdisciplinar dos mesmos.

A preponderância de autores estrangeiros em relação aos guineenses na produção intelectual⁴ e o impacto a nível dos resultados revela, entre outros, a natureza incipiente do setor da pesquisa na Guiné-Bissau e as relações de dependência relativamente a alguns países ocidentais, nomeadamente os de origem dos investigadores estrangeiros. A constatação da dependência em relação ao “centro” de produção de conhecimento me reconduz ao discurso de Houtondji sobre o “vazio teórico” dos países periféricos e a consequente “extraversão”. A análise de Trajano Filho interessou-me particularmente por me ter proporcionado informações úteis às minhas indagações relativamente à presença de mulheres académicas no INEP e aos temas de género nas pesquisas.

Observando atentamente a tabela elaborada pelo autor sobre as temáticas de estudo efetuadas pelos investigadores guineenses, dei-me conta da total ausência de estudos dedicados à questão de género, à família e aos estudos biográficos. Por outro lado, entre os 10 investigadores mais

⁴ Entre os artigos originais e notas de leitura publicados no período considerado, 27 foram assinados por investigadores guineenses e 47 por estrangeiros (Trajano Filho, 2002: 150).

produtivos, nota-se a quase total ausência de mulheres no INEP; apenas uma investigadora mereceu destaque pelo volume de produções na revista *Soronda* e nas demais publicações do Instituto⁵. Esta realidade permite compreender mais facilmente o estado da arte dos estudos de género que procurei discutir em recente estudo (Godinho Gomes, 2015a: 168-189) e que analisa o período entre 1961 e 1994. De acordo com as fontes consultadas, procurei demonstrar que o tema da participação das mulheres na libertação da Guiné-Bissau embora tenha merecido particular atenção no discurso político de Amílcar Cabral e do PAIGC nos anos da libertação, raramente conseguiu atingir os objetivos fixados, tendo-se concentrado em algumas práticas limitadas ao âmbito de atuação do movimento de libertação. A propósito escrevi (Godinho Gomes, 2015a: 176):

“Não obstante os importantes resultados conseguidos durante a libertação, o nível de transformação social verificado foi fundamentalmente desigual nas diferentes regiões do país. Ainda menos o fato dessas regiões terem sido “libertadas” das garras do colonialismo significou automaticamente a eliminação das práticas coloniais perpetuadas. Assim, por exemplo, paralelamente a situações em que as mulheres assumiam posições de destaque a vários níveis no aparelho estatal, verificavam-se situações de discriminação com base no género [...]”.

Muitas das mulheres que não tinham tido a oportunidade de estabelecer um contato direto com o movimento de libertação PAIGC, sobretudo as originárias das comunidades mais remotas do país e de áreas não totalmente dominadas pelas forças nacionalistas, não seriam contempladas no processo de construção do Estado independente. E várias das que tinham participado na luta armada ficaram à margem dos processos e das oportunidades educativas e de formação, enclausuradas em sistemas sociais e políticos fundamentalmente patriarcais (Godinho

⁵ Trata-se da socióloga Diana Lima Handem, autora de diferentes trabalhos entre monografias e artigos científicos: sobre os Balantas Brassa (1986), sobre a avaliação de políticas públicas (1987) e sobre o desenvolvimento (1991). A questão da ausência de mulheres na profissão académica deve ser discutida no seio de um discurso mais abrangente sobre os problemas estruturais do sistema educativo e de ensino guineense, sobre as instabilidades políticas e militares de que o país tem sido alvo e sobre as escolhas políticas dos diferentes Governos. Este exercício transcende os meus objetivos neste texto.

Gomes, 2015b; Ly, 2014:24-42). São as muitas “Apilis” que o poeta e cantor guineense José Carlos Schwarz tão brilhantemente descreveu na sua música.

Nesse quadro, a organização feminina do PAIGC, a UDEMU, criada em 1961⁶, assumiu-se como um instrumento político de organização e de formação ideológica das mulheres guineenses e foi através da sua ação que seriam produzidos, na década de oitenta, documentos importantes para o conhecimento da condição feminina na Guiné-Bissau (Godinho Gomes, 2015a: 179). Paralelamente, o ambiente político a favor do desenvolvimento científico e cultural que caracterizou os primeiros anos da independência favoreceu algumas importantes iniciativas no país.

Foi o caso da organização, em 1983, de um importante evento científico internacional sobre mulheres. Sob os auspícios do PAIGC, da UDEMU e de algumas organizações internacionais realizou-se, em Setembro de 1983, em Bissau, um encontro internacional com o propósito de refletir sobre a história das mulheres nas lutas de libertação e sobre os desafios pós-coloniais. A reunião de Bissau, pelo seu caráter e dimensão, assumiu particular relevância no quadro da construção de um projeto nacional, da Agenda Política guineense e das relações internacionais. Assim referi:

“O encontro assumiu particular importância, no quadro geral dos processos de reconstrução, por duas razões: em primeiro lugar, constituiu um fórum científico, no âmbito do qual, pela primeira vez, se reuniam mulheres pesquisadoras africanas das ex-colónias portuguesas e de países onde ainda vigoravam regimes segregacionistas, altos representantes políticos, representantes de organizações e associações internacionais, com o objetivo de discutir as questões femininas, a partir das mulheres, e partilhar as próprias experiências”.

O encontro de Bissau representou um importante momento de reflexão sobre aspetos importantes da produção do conhecimento sobre as

⁶ Sobre o percurso histórico da União Democrática das Mulheres guineenses-UDEMU veja-se para aprofundamento Patrícia Godinho Gomes, “Sobre a génese do movimento feminino guineense: bases e práticas (1961-1982)”, in Patrícia Godinho Gomes, Débora Diniz, Maria Helena Santos e Rosália Diogo, (Orgs.), *O que é feminismo?*, Lisboa/Maputo, Escolar Editora, 2015, pags.13-43.

mulheres, entre os quais a ausência de uma pesquisa qualificada, a falta de centros e de financiamento destinados à pesquisa e a transferência dos arquivos da história colonial dos países africanos para arquivos e centros localizados na Europa alegando o incipiente estado de desenvolvimento das estruturas locais de conservação. Traduziu o esforço comum quanto ao conhecimento do estado de desenvolvimento da produção intelectual, das experiências e das metodologias no campo dos estudos de género nas ex-colónias portuguesas.

Na Guiné-Bissau, nos anos que se seguiram, embora acompanhados por um esforço notável do INEP no sentido de colmatar as lacunas na área da investigação científica e de contribuir para estabelecer uma ligação entre pesquisa e desenvolvimento, a área dos estudos de género e temas ligados à família e às histórias de vida / biografias não mereceram qualquer tipo de destaque entre os temas escolhidos, mostrando uma clara descontinuidade em relação ao discurso produzido no início dos anos oitenta, como referido.

Todavia e apesar da tendência globalmente negativa em termos da produção intelectual de mulheres e sobre mulheres e temáticas de género, é coreto assinalar alguns trabalhos academicamente relevantes, realizados por mulheres guineenses, dentro e fora do país nos últimos quinze anos⁷.

Ressalto, enfim, que nos últimos anos tem prevalecido uma produção de conhecimento que corresponde fundamentalmente a estudos de mercado e relatórios de consultorias (a chamada literatura cinzenta) que, embora importantes, são resultados de projetos financiados fundamentalmente por organizações internacionais, com objetivos imediatos. Esses estudos não possuem certamente a mesma densidade da atividade científica académica e apresentam tempos diferentes de maturação.

Como referiu Trajano Filho (2002: 169), “os excessos de compromisso relacionados à consultoria se põe como um entrave ao potencial de desenvolvimento, uma extravessão e subordinação da atividade científica

7

Os trabalhos de Catarina Gomes, Ausenda Cardoso, Paulina Mendes, Odete Semedo, Patrícia Godinho Gomes e de alguns homens académicos como Raul Fernandes e Fodé Mané (Godinho Gomes, 2015: 186).

em relação ao centro de poder mundial”. É nesta ordem de ideias que procurei trazer para esta a discussão alguns autores que, na minha interpretação, são importantes para se compreender o problema da produção do conhecimento científico em termos globais africanos e na Guiné-Bissau em particular e, mais especificamente, o problema da “invisibilidade” das mulheres e dos temas de género na evolução dos estudos académicos.

Debater estas questões e procurar formas de luta para reverter este estado de coisas constitui uma forma de reconhecer as desigualdades históricas de género perpetuadas e buscar novos equilíbrios e novos paradigmas. Tal postura pressupõe, no meu entendimento, um comportamento feminista no sentido em que a nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie (2014) utiliza o termo, isto é, “acreditar na igualdade política, económica e social entre os sexos”. Como constatou a estudiosa, não é a cultura que faz as pessoas mas sim o contrário e se, na humanidade inteira, as mulheres, na sua globalidade, são excluídas dos processos culturais, então torna-se prioritário proceder à mudança dessa cultura.

Referências

- Adichie, Chimamanda Ngozi, 2015, *Sejamos todos feministas*, São Paulo, Companhia das Letras.
- Amadiume, Ifi, 2005, “Theorizing matriarchy in Africa: kinship ideologies and systems in Africa and Europe”, in Oyewùmì, Oyèrónké (ed.), *African gender studies: a reader*, Hampshire (England), Palgrave Macmillan, pp. 83-98.
- Butler, Judit, 2003, *Problemas de género*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Casimiro, Isabel M., 2012, “Mulher, pesquisa, acção e mudança”, in cruz e Silva, Teresa; Borges Coelho, João Paulo; Neves de Souto, Amélia (Orgs.), *Como fazer Ciências Sociais e humanas em África. Questões epistemológicas, metodológicas, teóricas e políticas*, Textos do Colóquio em homenagem a Aquino de Bragança, Dakar, CODESRIA, pp. 211-226.
- Godinho Gomes, Patrícia, 2013, “Amílcar Cabral and Guinean women in the fight for emancipation”, in Manji, Firoze, Fletcher Jr., Bill (eds), *Claim no easy victories. The legacy of Amílcar Cabral*, Dakar, CODESRIA / Daraja Press, pp. 279-294.
- (ed.), 2005, *African gender studies: a reader*, Hampshire, Palgrave Macmillan.
- (2015a), “O estado da arte dos estudos de gênero na Guiné-Bissau: uma abordagem preliminar”, *Outros Tempos* (revista virtual publicada pela Universidade Estadual do Maranhão
- http://www.outrostempos.uema.br/OJS/index.php/outros_tempos_uema/index)
- (2015b), “Sobre a gênese do movimento feminino na Guiné-Bissau: bases e práticas (1961-1982)”, in Patrícia Godinho Gomes, Débora Diniz, Maria Helena Santos, Rosália Diogo (Orgs.), *O que é o feminismo?*, Lisboa/Maputo, Editora Escolar, pp. 13-46.
- Handem, Diana Lima, 1989, “A mulher e o desenvolvimento”, Diana L. Handem e Fernando Delfim da Silva (orgs.), *A Guiné-Bissau a caminho do ano 2000*, Bissau, INEP, pp. 251-277.

- Houtondji, Paulin, 1989, “Investigação e extravessão: elementos para uma sociologia da ciência nos países da periferia”, *Soronda-Revista de Estudos Guineenses*, Bissau N°8, Julho 1989, pp. 107-118.
- Lopes, Carlos, 1989, “O papel da pesquisa no processo de desenvolvimento”, Diana L. Handem e Fernando Delfim da Silva (orgs.), *A Guiné-Bissau a caminho do ano 2000*, Bissau, INEP, pp. 329-349.
- Ly, Aliou, 2015, “Promise and betrayal: women fighters and national liberation in Guinea-Bissau”, *Feminist Africa*, pp. 24-42, <http://agi.ac.za/journals> (acessado em 20 de Outubro de 2015)
- Mendy, Peter Karibe, 2011, “Amílcar Cabral e a libertação da Guiné-Bissau: contexto, desafios e lições para uma liderança africana”, Lopes, Carlos (Org.), *Desafios contemporâneos da África. O legado de Amílcar Cabral*, São Paulo, Fundação Editora da UNESP, pp. 15-33.
- Mitchell, Juliet, 1972, *La condizione della donna*, Torino, Einaudi (6 ed.).
- Oyewùmì, Oyèrónké, 1997, *The invention of women: making an African sense of Western discourses*, Mineapolis, University of Minnesota Press.
- Trajano Filho, Wilson, 2002, “Soronda e a produção intelectual do INEP”, *Soronda-Revista Guineense de Estudos*, Julho 2002 (Nova Série), pp.143-177.

